



a galiza irredenta



■ A GALIZA IRREDENTA

O tema da territorialidade enfrenta na Galiza um lugar comum, um recorrente tópic que aparece em todas as conversas e reflexons sobre o tema, mas que nom por ser sempre mencionado é tratado com a seriedade e a importância que merece. Referimo-nos à Galiza irredenta, também chamada Faixa oriental, Faixa Leste, Galiza exterior ou estremeira, Galiza oriental, Galiza Leste, Galiza nom autonómica, etc... Trata-se de todos aqueles territórios que, ainda conservando traços definitórios da sua identidade galega, ficam fora do actual território da Comunidade Autónoma Galega (CAG). Umha unidade fundamentalmente lingüística e cultural, mas nem só: também histórica, geográfica, económica, sociológica, etc., fam com que os territórios das comarcas arraianas do Eu-Návia, o Berzo, a Cabreira e a Seabra fagam parte dessa difusa Galiza irredenta.

Mas, de que estamos a falar quando dizemos Galiza Irredenta, nom é toda a Galiza do Ortegal ao Minho, de Fisterra ao Mañanál irredenta?. No entanto, qualquer designaçom pode ficar vazia sem umha análise profunda de qual é a realidade dessa Galiza que tem a sua capital, nom em Compostela, mas em Ovieu ou Valhadolid; a realidade dessas galegas e galegos que nom estudam as disciplinas de Língua e Literatura Galega nas escolas, que nom pertencem ao SERGAS nem figuram como desempregadas e desempregados no Serviço Galego de Colocaçom.

A própria terminologia de Galiza irredenta (a que mais sucesso tivo ao longo da história entre o nacionalismo e o independentismo galego para se referir a esses territórios), é mesmo discutível. Os dicionários recolhem o adjectivo "irredenta/o" com o significado de "nom redimido ou resgatado", recolhendo especialmente o uso da palavra para referirem em particular o território que, por diversas razons, umha naçom pode querer anexar ou reintegrar no seu seio. Mas a própria etimologia da palavra remete para a libertaçom, a liberdade, e fai supor que existe umha Galiza livre, libertada, salva, frente a umha Galiza nom salva, nom livre, nom redimida; portanto: irredenta. Evidentemente, o termo evidencia a existência dumha parte da Galiza (a que hoje se situa dentro da CAG), que se reconhece como tal, e outra (os territórios orientais) que nom vem legalmente reconhecida a sua identidade galega, tendo de suportar a negaçom mesmo dos seus traços mais definitórios, tais como a lingua e a cultura.



■ DESCRIÇOM DO TERRITÓRIO E A POPULAÇOM

Sete províncias e três administraçons autonómicas. Esta é a realidade actual, padecida por muitas/os ignorada por outras/os, de um território nacional, o galego. A eterna reivindicaçom esquecida do nacionalismo, a territorialidade.

Falamos de (conforme o último censo): 186.561 pessoas e de um território de 6.447 km², ou dito de outra maneira: 6,4% da populaçom galega e 17,2% do território. Quer dizer, 6 em cada 100 galegas ou galegos vivem sob administraçom asturiana ou castelhana-leonesa.

A respeito dos núcleos de povoaçom, em primeiro lugar há que destacar Ponferrada, área urbana de 70.000 habitantes, mas também vilas grandes como Bembibre, Návia ou Faveiro. Também um grande número de vilas médias que albergariam a maioria da populaçom, enquanto o resto se reparte em núcleos rurais que, como no conjunto da Galiza, padecêrom e estão a padecer a despovoaçom.

Descrevendo território por território, temos as seguintes características:

Sob administraçom asturiana (1.939,4 Km², 44.174 hab.):

- O território denominado Terra Návia-Eu: A grandes traços, corresponde-se com as bacias dos rios Eu e Návia e o vale do rio Íbias a Sul. Geograficamente, a sua zona costeira fai parte da regiom da Marinha e o interior da regiom de Montanha do Leste do país (Buum, Ancares). Este território é dividido em 18 concelhos e as freguesias orientais do concelho de Pola de Alhande, o antigo concelho de Verdzedo.

Sete províncias e três administraçons autonómicas. Esta é a realidade actual, padecida por muitas/os ignorada por outras/os, de um território nacional, o galego



Toda a área é de fala galego-portuguesa, observando nas áreas limítrofes dialectos já mais próximos do asturiano. As comarcas naturais e económicas em que se divide o território som:

- Íbias, comarca montanhosa que corresponde com o vale do rio Íbias, e delimitada com as Astúrias por montanhas e portos que superam os 1.800 metros. As vilas que gerem a actividade económica desta pequena comarca som Santo Antolím, Deganha e Cerredo.
- Alto Návía, comarca do vale médio do rio Návía e que tem como vila mais importante Grandas de Salime.
- Oscos, pequena comarca natural, enclave entre as bacias dos dous rios.
- Baixo Návía, área mais oriental da região marinhá, vale baixo do rio Návía e como centro económico a vila homónima.
- O resto do território, as freguesias dos concelhos de Tápia, Castro Pol, Veiga e Sam Tisso de Avres fam parte, junto do resto do vale do rio Eu pertencente à CAG, da comarca homónima que, apesar das fronteiras administrativas, tem como centro económico principal Ribadeu.

Sob administração castelhana-leonesa (4.508 km², 142.414 hab.):

Na província de Leom:

-Berzo. Administrativamente dentro da província de Leom, encontra-se a região denominada o Berzo, área muito bem definida a nível territorial e sócio-económico e que conta com um organismo administrativo-institucional próprio para os seus 40 municípios por causa da sua singularidade, o Conselho Comarcal do Berzo. O território berziano, como área de transição, tem características culturais da área leonesa, mas umha marcada identidade galega por causa de ser a sua antiga capital, Vila Franca, da área galegófona, por pertencerem durante séculos estas terras à Casa de Lemos, por motivos geográficos, etc. Geograficamente, a comarca é um anfiteatro montanhoso com a grande veiga do rio Sil e os vales dos seus afluentes. As comarcas naturais nas quais é divisível o Berzo, correspondem-se principalmente com os vales destes rios e a existência de umha vila importante na área:

· Valcarce, vale do rio Valcarce e área mais oriental da serra dos Ancares. Esta comarca tem umha profunda identidade lingüística e cultural galega. A sua capital é Vila Franca, a pequena Compostela, como é chamada, e capital histórica e cultural do Berzo.

· O Cua tem em comum com a anterior a grande parte do seu território localizada nos Ancares, mas caracteriza-se por ser umha das áreas mineiras mais importantes. Os dialectos destes territórios som galego-portugueses com influências leonesas nas áreas mais baixas e na capital, Faveiro.

· Ribas do Sil. Esta área é a do curso mais alto do Sil no nosso território nacional e corresponde-se com a divisom eclesiástica do mesmo nome. A língua desta comarca, apesar da forte castelhanização, conserva traços de um dialecto de transição do galego-português ao asturiano-leonês com mais traços deste segundo e muito relacionado com o próprio mirandês. A vila mais importante desta área é Toreno.

· Boeça. O vale do rio Boeça é a comarca mais oriental do nosso país. Principal área mineira, o Berzo Alto, como também é chamado, pertencente ao antigo domínio lingüístico leonês, sofreu umha total aculturação (castelhanização). A capital da comarca é Bembibre, centro urbano de 10.000 habitantes.

· Berzo Baixo. Esta é a região de Ponferrada, cidade capital de toda actividade económica da região. Esta área é umha área completa de transição entre os domínios lingüísticos galego-português e antigo leonês. O paradigma disto é a cidade que se encontra no centro da isoglossa e que concentra população rural procedente das duas áreas.

- Cabreira. Esta comarca corresponde-se com umha zona montanhosa muito deprimida e pouco povoada e o vale do rio homónimo, em cuja foz se encontra a capital, a Ponte. O vale baixo do rio (Município da Ponte) é nitidamente galego a nível lingüístico e cultural, para encontrarmos dialectos de transição ou leoneses (chamados cabreirês) nos cursos médio e alto. Aliás, a comarca, que centra a sua actividade económica na lousa, tem umha importante relação com Valdeorras já que o Barco fica a 12 Km frente aos 35 de Ponferrada.



Gallaecia no século V



O território berziano, como área de transição, tem características culturais da área leonesa, mas umha marcada identidade galega por causa de ser a sua antiga capital, Vila Franca, da área galegófona, por pertencerem durante séculos estas terras à Casa de Lemos, por motivos geográficos, etc



Na província de Samora:

A área mais ocidental desta província castelhana-leonesa tem historicamente, e por razons geográficas, umha maior relação com as comarcas limítrofes da Comunidade Autónoma Galega. É umha zona em que a fronteira entre os antigos reinos (Galiza, Leom e Portugal) era, como no Berzo, muito difusa até épocas tardias. Isto provoca que hoje existam na comarca dialectos pertencentes ao domínio lingüístico galego-português, tanto à variante galega como à portuguesa. Os leoneses perdêrom-se pola forte pressom do espanhol. Podem fazer-se duas divisons principais:

- Portelas, a área mais montanhosa e limítrofe com a Galiza administrativa, é do ponto de vista cultural nitidamente galego-portuguesa.
- Seabra, (normalmente as Portelas som incluídas nesta comarca) território de total transiçom entre a Galiza e a meseta, facto que se reflecte culturalmente. Além do mais, é nela que se encontra a vila de pouco mais de 1.000 habitantes que funciona como centro económico, Póvoa de Seabra.

■ CRITÉRIOS NA DELIMITAÇOM DO TERRITÓRIO

Umha vez feita a descriçom dos territórios, é necessário colocar os critérios que se utilizam para defini-los como pertencente ao território nacional da Galiza e as suas e os seus habitantes como galegas e galegos. Vontade. Em primeiro lugar, é mister colocar como principal critério, o qual na sua ausência anularia qualquer outro que se colocar, a própria vontade da populaçom desses territórios a decidirem livremente fazer parte do povo galego, a se considerarem galegas e galegos.

Língua. Um critério colocado como imprescindível quando abordamos o tema da territorialidade é sempre a língua. A este respeito, é necessário fazer umhas aclaraçons para colocarmos a língua como elemento fulcral, mas sob uns parâmetros determinados.

O território que chamamos Galiza Irredenta nom é totalmente galegófono. Além de existirem áreas onde sobrevivem dialectos leoneses, a pressom que o espanhol exerceu durante os último cinco séculos foi maior nuns territórios em que a própria existência da língua galego-portuguesa é negada, sem qualquer tipo de promoçom e utilizaçom institucional, sem presença na educaçom, etc. Apesar disto, a língua é critério fundamental porque mais de 60% desse território e 77% da populaçom fica dentro do domínio lingüístico galego-português. A reivindicaçom lingüística é a reivindicaçom galeguista com mais força nestas terras, e focalizada, como no caso do Berzo, em Ponferrada, lugar nom pertencente estritamente ao território galegófono, mas onde o galego já é disciplina opcional em várias escolas. Além disto, há um sentimento de galeguidade em todo o território (galegófono ou nom), em contraposiçom ao castelhana.

Razons geográficas e naturais.

Todo o território que chamamos Galiza Irredenta tem como característica comum ser a sua terra mais parecida com a das zonas limítrofes da CAG do que com as próprias comunidades autónomas às quais pertencem. Isto tem levado a colocar ridículos apelativos como “anticipo castellano de Galicia” ao Berzo, por exemplo. Esta identidade geográfica e natural é clara se atendermos aos sistemas montanhosos que separam estas comarcas da Meseta ou às bacias dos principais rios. Situaçom grotesca tenhem de sofrer as crianças berzianas na escola quando estudam todos os afluentes do Douro e Pisuerga e quase nem recebem informaçom sobre o peculiar do “oeste da província de Leom”, que nom só tem um clima mais húmido, como os seus rios pertencem à bacia Sil-Minho.



“A reivindicaçom lingüística é a reivindicaçom galeguista com mais força nestas terras, e focalizada, como no caso do Berzo, em Ponferrada, lugar nom pertencente estritamente ao território galegófono, mas onde o galego já é disciplina opcional em várias escolas.”



Razons sócio-económicas. O meio natural e a história tenhem condicionado que, para a actividade sócio-económica, essa fronteira artificial nom existisse. Assim, vemos como nas comarcas do Eu-Návia os intercâmbios de um lado e o outro som constantes; isto, porque os vales dos rios galegos nom som linhas divisórias, e sim meios dinamizadores da vida humana. Ou o caso do Berzo e Valdeorras, umha autêntica região sócio-económica que tem como centro a cidade de Ponferrada. Diariamente, valdeorreses/as, berzianos/as e marinhaos/ás de um lado e o outro do Eu transgridem a raia para irem ao trabalho, para fazerem compras, para o tempo de lazer, etc.

Brutal é esta divisom administrativa vigente quando um habitante da comarca da Cabreira tem que fazer 40 km para ir ao hospital ou para cursar o ensino secundário, a Ponferrada, quando os mais cercanos están a tam só 15 km, no Barco de Valdeorras.

Cultura. E é ainda na cultura que os traços comuns som evidentes: a gastronomia, a música tradicional, a literatura oral, a arquitectura tradicional, as tradiçons, as lendas..., nom reconhecem estas fronteiras.

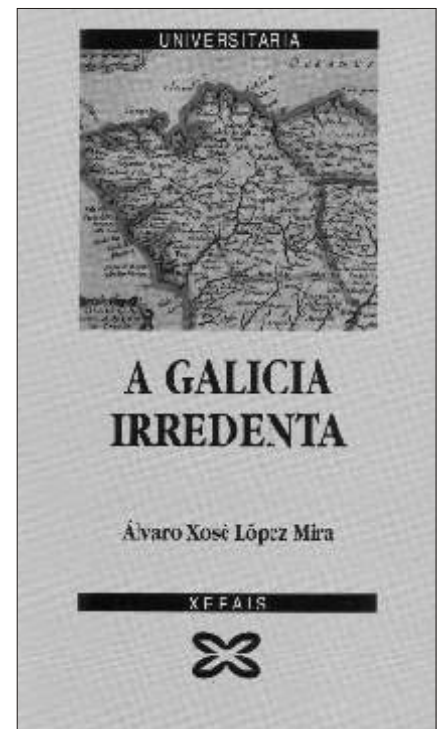
REFLEXONS GERAIS E PERSPECTIVA HISTÓRICA

A Galiza sofreu ao longo dos anos, dos séculos, as decisons políticas centralistas, irracionais e desgaleguizadoras dumha administração espanhola que sempre olhou com preocupação para a existência dumha Galiza que se afigurava grande de mais. A Galiza foi assim encurtada territorialmente, no intuito nom só de domá-la e castrá-la (na acertada expressom sempre usada), mas também de reduzi-la na sua extensom geográfica e humana. Viu assim a Galiza como terras, comarcas, aldeias, lugares e, sobretudo, pessoas, homens e mulheres, perdiam oficialmente o seu carácter de "galeg@s", pretendendo negar (mas sem o conseguir totalmente, como demonstra a persistência no presente de diversos e variados redutos de resistência galeguista nestes territórios) a sua identidade e a sua unidade com a naçom.

O mais grave, contodo, é que, se bem no período anterior à ditadura franquista, e mesmo durante a mesma, praticamente todas as correntes do nacionalismo-galeguismo continuavam a reivindicar, consoante a tradiçom histórica, a galeguidade destas terras orientais, negando legitimidade e validez à divisom administrativa provincial de Javier de Burgos de 1833, o período posterior ao franquismo, o da restauraçom borbónica, conhecerá um cada vez maior acatamento das correntes maioritárias do nacionalismo à mesma divisom administrativa de Burgos, que a Constituiçom espanhola de 1978 consolida, acatando também a divisom autonómica que hoje conhecemos. Com o passar dos anos, depois dum primeiro período inicial em que houve algunhas iniciativas, o nacionalismo maioritário foi apagando, nas suas reivindicaçons, nas suas actividades e pronunciamentos, nos seus textos, nas suas publicaçons, nos seus meios de comunicaçom e órgaos de expressom, a reivindicaçom territorial. Com diversos argumentos (falta de oportunidades, existência doutras prioridades, evitar acusaçons de nacionalismo "imperialista", "agressor", etc.), foi-se acatando a legalidade vigente também neste aspecto, até abandonar por completo o tema para conseguir, com estas e outras renúncias, fazer parte do selecto clube das organizaçons "democráticas", "constitucionais", "respeitosas com o actual quadro jurídico-político".

O silêncio actual do nacionalismo maioritário contrasta com o abundante tratamento do tema que tinha o nacionalismo anterior a 1936 (da Geraçom Nós ao Partido Galeguista, dos arredistas da diáspora CRAG de Fuco Gomes em Havana, ou a Sociedade Nazonalista Pondal na Argentina-, até a representaçom galega no IX Congresso das Nacionalidades Europeias¹, ou os numerosos textos, artigos e resenhas recolhidos em diversos órgaos e publicaçons: A Nosa Terra, Nós, A Fouce,... e em numerosas obras de diversos autores da época.

// **O silêncio actual do nacionalismo maioritário contrasta com o abundante tratamento do tema que tinha o nacionalismo anterior a 1936**





O documentado estudo de Álvaro X. López Mira² dá umha boa mostra disso, ao tempo que evidencia que o tema passou a ser tratado no presente do ponto de vista académico ou cultural de maneira praticamente exclusiva, evitando ser tratado do ponto de vista político e por parte da maior parte das organizaçõs políticas galegas, por aquelas que aceitam e acatam o quadro jurídico político emanado da reforma do franquismo. Nos últimos ano, conhece-se umha modesta, mas crescente, modificaçom desta tendência mercé da Internet, onde som abundantes as páginas dedicadas ao tema dum variado e amplo espectro de perspectivas.

■ A GALIZA ORIENTAL. REFLEXONS GERAIS E PERSPECTIVA HISTÓRICA

Fronteira e naçom

Todo povo tem umha noçom mais ou menos clara da delimitaçom entre o “nosotr@s” e o “outr@”, umha ideia de limite a partir da qual se estabelece a diferença. A passagem de um ‘limes’ vaporoso e em mudança a umha fronteira estabelecida só chega com a modernidade e, mais exactamente, quando o primeiro Estado liberal afiança a territorializaçom do seu poder e a nacionalizaçom das populaçõs que acolhe. Nom existe nacionalismo expansivo que nom acomettesse obsessivamente a fixaçom das fronteiras territoriais, naturalizando-as e fazendo-as socialmente assumíveis. Também nom existe nacionalismo resistente minimamente maduro e assente que nom faga da questom territorial e da sua derivaçom fronteira umha das batalhas que primeiro devem ser livradas. Trata-se de algo tam premente e evidente como dotar de plena nitidez o sujeito colectivo que se pretende conscientizar e mobilizar, o que levou em muitas occasions a manobras mitificadoras e naturalizadoras em que o nacionalismo resistente emulava a estratégia do Estado ocupante, ainda invertendo-a. Um dos fundadores do movimento republicano irlandês afirmava, contra a vontade de arredamento do Ulster, que “Deus criara a Irlanda fixando fronteiras como a alva e o pôr-do-sol, inalteráveis polo homem”; Sabino Arana, fundador do nacionalismo basco, desenha uns territórios e umhas fronteiras ao mesmo tempo que propom nome e emblemas do país em construçom; o mapa dos Países Cataláns figura reiteradamente em toda a iconografia cultural e mediática de aquelas terras, mesmo independentemente das consciências nacionais diversas que registam esses territórios e do dubitável vigor da catalanidade em muitos deles.

Que nos tem acontecido na Galiza? O consenso geral acerca dos nossos limites, e as apelaçõs freqüentes a umha velha “Gallaecia” que ainda atinge terras do Douro e chega a Návia, nom deu cristalizado em propostas de fronteira. Nom só carecemos sempre de um poder territorializado que oficializasse linhas de demarcaçom e socializasse o perfil físico da naçom, como a ambigüidade prolongada do nacionalismo aginha derivou em simples auto-colonizaçom e em aceitaçom nua e crua dos contornos autonómicos.

Por isso a presença da Galiza oriental comumente conhecida como “Galiza irredenta” - é um fenómeno ambíguo ao longo do percurso do nosso movimento nacional: constante no discurso, mas secundário na prática; reclamada a partir do cientifismo e da abordagem académica, mas sem a superaçom da vaporosidade geográfica e sem alcançar-se a perfeita fixaçom das suas fronteiras; confinada, em definitivo, ao âmbito do cultural, onde todo pode ser tolerado partindo da garantia de que nada ou quase nada- pode ser feito. O nosso país chega a 2005 com a consciência amplamente assumida da existência de umha extensa faixa geográfica que acolhe história, cultura e língua galegas, além de umha populaçom galega em potência que, por vezes, na defesa do idioma ou da cultura de nosso, oferece mostras de certa vocaçom nacional.

“**Todo povo tem umha noçom mais ou menos clara da delimitaçom entre o “nosotr@s” e o “outr@”, umha ideia de limite a partir da qual se estabelece a diferença.**”



Descriçom dp Reino da Galiza de Hernando Ojea. 1598



Mas chega sejamos sincer@s- com a preocupação sobre a sua territorialidade colocada em um posto prescindível na lista dos nossos reptos colectivos. Apontemos, antes de mais, quatro considerações sucintas:

-Sobram as apelações emotivas, as menções sustentadas por mera obrigação ou, ainda pior, as alusões em letra pequena a uma reivindicação percebida como justa mas estéril. Que a territorialidade é uma questão central num movimento de emancipação como o nosso não precisa de comentário. Pois bem, tal centralidade precisa de derivações práticas no terreno da política. E esta ordena que as organizações nacionais tomem como próprio o âmbito nacional. Que só NÓS-UP fizesse própria esta exigência evidente, atingindo a comarca do Berzo como área de actuação, ilustra até que ponto a imensa maioria do nacionalismo galego tal como noutros campos- duvida em levar às últimas consequências a lógica dos seus razoamentos.

-A cultura quer na Galiza oficializada e autonómica, quer na proscria além das fronteiras da CAG- é um tronco da política, e não um substitutivo destinado a paliar dores ou consolar consciências. Quiçá em terras eonaviegas, berzianas ou seabresas se faça mais premente esta integração da batalha cultural na luta política para fazermos entender que, com efeito, imos declaradamente além do tolerado. Defender o idioma, a música ou a arquitectura tradicionais não é fazer arqueologia nem defender uma militância etnográfica. É algo tão simples (e assim deve ser transmitido) como uma estratégia tendente para a reintegração territorial inserida numa aposta independentista plena.

-Nenhum caso como este refuta com tanta contundência a tese da paciência e dos prazos. O adiamento da questão territorial em nome da sua "pouca oportunidade", do "impopular das teses" ou da "existência de outras questões prioritárias" levou-nos aonde hoje estamos: ao consentimento tácito da morte acelerada de uma parte da Nação, que privamos dos mínimos recursos de auto-defesa. A urgência de recuperação de uns mínimos de galeguidade na faixa oriental obrigam a situar esta questão em primeira ordem das nossas exigências políticas.

-A pressa leva a perfilar intervenções nítidas e claras, e estas passam pela caracterização exaustiva da faixa do País que se dirige. Ante uma realidade difusa, uma consciência vacilante e uns traços identitários degradados, o pensamento independentista tem de fixar os limites e os alicerces da nação que se constrói a partir do Leste. O nosso movimento fixo-o muito recentemente na geografia, editando o primeiro mapa nacional com a toponímia não deturpada e com os nossos territórios íntegros. A história também se faz recurso imprescindível nesta pretensão. Desvendando o tecido do passado, desentranhamos as evidências ou os vestígios- milenares que ainda nos levam a falar destas comarcas como parte da Galiza. E, no que é ainda mais transcendental, manejamos as chaves que fazem possível edificar uma memória compartilhada. Não nos enganemos: a recuperação do passado e a articulação de discursos nacionais não são labores de erudição destinados a amontoar anedotários para consumo de especialistas. Antes de qualquer outra função, a história patenteia um projecto de futuro a partir da soldadura de laços do passado. A Galiza oriental deixará de ser percebida como um apêndice singular e excêntrico do País, fazendo-se mais nossa, quando formos capazes de tornar visíveis e assumidas socialmente as pegadas de um passado comum. Há um trajecto partilhado, mas há, também, fitos recordáveis que nos unem e que toda política de memória descolonizadora deveria socializar: as revoltas irmandinhas; a última resistência nobiliárquica em Pinferrada à ofensiva castelhana; o ressurgimento literário do Berzo; a guerrilha anti-franquista articulada no Leste.



Mapa do Reino da Galiza de 1608

A cultura quer na Galiza oficializada e autonómica, quer na proscria além das fronteiras da CAG- é um tronco da política, e não um substitutivo destinado a paliar dores ou consolar consciências.



História e território

A pressom sustentada nos últimos tempos polo oficialismo historiográfico e a ditadura do “politicamente correcto” nos meios de comunicação de massas tenhem inserido exitosamente centenas de complexos colectivos. Um dos mais comuns, especialmente dominante na esquerda, fijo proscrever das nossas reflexons qualquer alusom ao valor do “território” ou à “etnia”, pois tal cousa seria dizia-se-nos- umha perigosa deriva rumo a teses reaccionárias antagónicas dos nossos propósitos libertadores. Daí que pudéssemos falar de naçom e até mesmo reivindicá-la, mas invocando sempre a abstracçom das identificaçons “cívicas”, as “vontades livremente assumidas” e o “multi-culturalismo”. Encaixotados em esquemas tam pobres, apagamos duas chaves importantes: umha, que de maneira prévia ao exercício da soberania cumpre delimitar qual o sujeito da mesma, que se estabelece forçosamente sobre certas fronteiras; e outra, que se certa vontade nacional existe nom é por um acertado labor de engenharia histórica de quatro intelectuais decimonónicos que inventam passados, senom por fenómenos históricos de médio ou longo prazo entre os quais se inclui o território. Já há anos, Pierre Vilar alertava contra a tentaçom de esquecimento do primeiro dos factores materiais que predisposm as existências colectivas:

“Tampouco o risco nos deve fazer renunciar à análise das realidades analisáveis, como som as pré-disposiçons, as pro-posiçons naturais à constituicòm espontânea dos grupos solidários, que dificilmente se desligam da realidade territorial. A terra e o céu, o clima, a paisagem- nom se podem esquecer na origem e como elementos constitutivos- dos factos nacionais (...) repetimos que nom se trata de umha “predestinaçom” territorial, mas sim da “predisposiçom” da natureza e o pensamento, a preparar o que podemos denominar umha etnia”.

Som conhecidos aqueles exemplos históricos de naçons situadas em encruzilhadas geográficas, zonas de mestiçagem intensa e contornos físicos difusos, em que precisamente a vontade nacional ou a insistência em outros traços objectiváveis (a religiom nos Balcáns, a língua na Ocitània) jogam funçons motoras para reclamar um território que quase nom existe ou é excessivamente vaporoso. O caso da Galiza é contrário e enquadra-se, precisamente, na categoria dos povos que nomeia o historiador francês: umha base física previamente delimitada, perdurável nos séculos e com fronteiras étnicas que nom políticas e de consciência-perceptíveis no longo prazo. Vejamos os principais fitos que marcam a nossa articulaçom territorial e explicam a galeguidade difusa das terras do Leste.

A Galiza oriental e a sua presença na história

Existem fenómenos culturais e de civilizaçom pré-nacionais que, no entanto, achegam um primeiro sedimento ainda reconhecível. Um conhecido investigador confessava há anos que *“a pré-história do território que hoje conhecemos como a Galiza tem um desenvolvimento comum com as zonas situadas a Sul do mesmo, área entre o Minho e Douro-Mondego e também a Leste, a metade ocidental asturiana (...) até o rio Návia, com umha unidade cultural inegável.”*

Mereçam o qualificativo que merecerem os povos que habitárom o nosso recanto peninsular em tempos remotos, o certo é que contribuírom para certa homogeneidade, reflectida em capítulos senlheiros da nossa pré-história: o megalitismo e a cultura castreja, já no ferro.

Há certa coincidência em assinalar que a Gallaecia romana nom incluiria necessariamente umha entidade sócio-cultural definida, da mesma maneira que tampouco assentaria em limites geográficos estritos (sempre acorde com um poder, o imperial, caracterizado por umha territorializaçom fraca).



Mapa de 1632

A pressom sustentada nos últimos tempos polo oficialismo historiográfico e a ditadura do “politicamente correcto” nos meios de comunicação de massas tenhem inserido exitosamente centenas de complexos colectivos



O que sim se revela mais transcendente é que esse vasto quadro territorial que atingia polo Leste até territórios cántabros é berço de posteriores formas políticas claras e reconhecíveis: o “galliciense regnum” dos suevos, de vida efémera, arreiga neste quadro territorial e organiza-se arredor de Braga, um dos velhos conventos habitados polos “galecos”.

Nom entraremos a rever as vicissitudes deste território durante a extensa Idade Média. Assinalaremos apenas que só muito recentemente foi reconhecida a sua dimensão e poderio político no quadro peninsular o que levou a falar de “Urbe Gallaecia” para fazer referência às extensas terras da monarquia cristá-, e que os seus limites fôrom tremendamente oscilantes. Como som as terras do Leste ainda hoje galegas aquelas que merecem a nossa atenção, centraremos-nos naquelas etapas em que sim temos provas irrefutáveis da perda da compactação territorial do País. Lá onde nom há acesos conflitos nobiliárquicos nem confrontos com os castelhanos, som as disputas eclesiásticas que provocam importantes restrições territoriais, como acontece na Terra Návía-Eu com a rivalidade entre as dioceses de Castropol e Mondonhedo, pejando qualquer possível reencontro desta comarca com o resto da Galiza. De resto, os choques entre famílias enquadradas aliás em respectivas apostas políticas- vam caracterizar a entrada do nosso País na modernidade. Se é certo que - como nos lembra o historiador José Mattoso- desde começos do século XIII “as rivalidades entre linhagens tendem para se articularem com rivalidades nacionais”, com a entrada na Idade Moderna e a construção de um sólido Estado castelhano, as perdas territoriais galegas tenhem evidente ressonância política: declínio institucional, ocupação militar, decadência idiomática, colonização eclesiástica, e primeiros assomos de xenofobia anti-galega. O valhisoleitano Dámaso de Frías vexava os territórios de Leste apoiando-se em critérios idiomáticos e enquadrando-se nos tópicos que tanto eco terám no Século de Ouro espanhol:

“Acá también en las Asturias y en las “Montañas”, ya vos veis las diferencias de sonidos, o más verdaderamente de gruñidos, que hay tan diversos unos de otros, y todos de los castellanos, hablando toda esta gente con un grillo y unos acentos finales que a nosotros tanto nos enfadan y a ellos tan bien les suenan”

Todos os indicativos de crise som coincidentes, a ponto de podermos dizer a grandes traços, fazendo nossas as palavras de González López, que “no reinado de Felipe II se fixérom de maneira definitiva os limites territoriais administrativos da Galiza, deixando-os reduzidos ao longo da raia com outras regions fronteiriças: Leom e as Astúrias. Ficárom entom arredadas para sempre da Galiza terras que pola sua história, língua, temperamento e costumes pertenciam a ela: as da comarca de Seabra, na actual província de Samora, grande parte das do Berzo, entre o Sil e as montanhas da Galiza, que passárom à província leonesa; e as que se estendem entre o Eu e o Návía”. Alguns outros autores matizam esta contundente sentença e registam abundantes oscilações territoriais ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, como nos provam os primeiros ensaios cartográficos europeus. Ainda que reconheçamos o pouco sistemático do processo, e ainda que assumamos também que pouco ou nulo eco tivérom estas divisões nas populações afectadas, interessa-nos salientar que é no período dos “Séculos Obscuros” que começa a avançar o processo de míngua territorial galega.

A administração liberal culminará com maior eficácia e precisom este labor previamente encetado. O “gigantismo” e “arcaísmo” atribuídos ao velho reino (agora província) da Galiza som os motivos invocados para acometer a pretensa modernização administrativa. Modernização que nom procura as suas razons negando a galegidade das terras estremeiras (umha galegidade assumida por todo viageiro que em séculos anteriores deixou escrita algum tipo de crónica sobre o nosso país), senom aludindo a razons mais pragmáticas e, ao cabo, desconsideradas com a realidade sócio-cultural sobre a qual se impunham. 1833 inaugura a etapa em que o território oficialmente galego atinge as menores dimensões que nunca tivera na história.

“
1833 inaugura a etapa em que o território oficialmente galego atinge as menores dimensões que nunca tivera na história.



Nom é por acaso que de maneira parelha a esta vasta operaçom racionalizadora e nacionalizadora de inspiraçom francesa surjam respostas dispersas mas essencialmente coincidentes. Algunhas delas nom som políticas, mas meramente intelectuais, e seguem-se o ronsel do conhecido mapa de Domingos Fontám, o geógrafo liberal que tracejara os nossos limites nacionais na sua "Carta Geográfica" incluindo a faixa galegófona em data tam serôdia como 1834. A geraçom do provincialismo, embora nom fosse estritamente irredentista, nom deixa de ser umha mostra de rechaço organizado contra as primeiras medidas de intervençom territorial na Galiza do Governo de Madrid. E os homens que, no campo ensaístico, se declaram continuadores da "grande obra" de Faraldo, vincam umha e outra vez os alicerces históricos da velha Gallaecia e as manifestaçoms que lhe som contemporâneas: Murguia lembra a tentativa de constituicòm de umha junta galega que incluísse os territórios administrativamente leoneses e asturianos na guerra do francês, enquanto nos Jogos Florais de Tui de 1891 som convidados autores berzianos e de outras comarcas galegófonas do Leste. A assunçom natural da irmandade idiomática e cultural fai-se patente com a obra de Fernández Morales, autor do primeiro livro de poesia galega do Ressurgimento nas terras do Berzo. É o primeiro elo de umha cadeia de "galegos exteriores" já longa, e que representa a tentativa de defesa da galegitude daquelas terras de umha perspectiva estritamente cultural. Cotarelo Valedor (primeiro presidente do Seminário de Estudos Galegos na década de 20) ou Fermín Penzol, protagonista do galeguismo cultural sob a ditadura, som mais dous nomes significativos deste conjunto. Presença intelectual a ter em conta que nunca se traduziu em pretensoms políticas igualmente ambiciosas. Nom existe açom política no Leste, senom pequenas mostras ou declaraçoms de intençoms que parecem deixar para um futuro mais favorável a luita a fundo pola recuperaçom territorial. À margem desta fraqueza geral, o irredentismo aparece presente em todo o nacionalismo nas décadas de 20 e 30, e à iniciativa nacionalista tem que dever-se a mençom à possível integraçom de terras do Leste no Estatuto de 1936; tampouco os arredistas d'A Fouce som alheios a esta reivindicaçom, como lemos no seu vozeiro e comprovamos na presença do berziano Urbano Ermida no seio da SNP.

■ UMHA OLHADA AO PRESENTE

O primeiro que devemos assinalar à hora de analisar a situaçom no presente é que, de umha parte, tam só umha organizaçom tem sistematizado e publicamente feito umha proposta a respeito de qual é que é actualmente o território a enquadrar dentro da chamada Galiza irredenta, e, de outra parte, devemos atender às evidentes diferenças existentes entre as comarcas que integram esta Galiza irredenta ou oriental.

Com efeito, unicamente NÓS-UP entre as organizaçoms políticas tem formalmente definido o território que considera parte da naçom galega, mesmo que fique fora da CAG. Nom por acaso, é NÓS-Unidade Popular a única organizaçom política que conta com umha reduzida, mas real, presença nos territórios em questom, existindo umha Assembleia Comarcal do Berzo de NÓS-UP desde Outuno de 2003. A proposta da esquerda independentista divide a faixa oriental da naçom em cinco comarcas: Terra do Návía-Eu, Vale do Íbias, o Berzo, a Cabreira e a Seabra. Esta divisom comarcal ultrapassa a tradicional estrutura em três comarcas (o Návía-Eu, o Berzo e as Portelas ou Seabra), mantida historicamente, de umha postura possivelmente pouco reflectida e acientífica, polo nacionalismo, ao tempo que delimita estas comarcas, estabelecendo os limites orientais da Galiza nos concelhos de (de Norte a Sul) Návía, Vilaiom, Verduzedo (no Návía-Eu), Íbias, Deganha (no vale de Íbias), Palácios do Sil, Igüenha, Torre do Berzo, Molinha Seca, Ponferrada (no Berzo), Castrilho, Enzinedo (na Cabreira), Sam Justo, Robleda-Cervantes, e Palacios de Seabra (na Seabra).

NÓS-Unidade Popular e a única organizaçom política que conta com umha reduzida, mas real, presença nos territórios em questom, existindo umha Assembleia Comarcal do Berzo de NÓS-UP desde Outuno de 2003



Esta proposta, a mais avançada das existentes, supera a ideia de definir o território da Galiza com base unicamente em critérios lingüísticos, como expugemos mais acima, e supom a tentativa mais séria até o momento de estabelecer o território e os limites da nossa naçom.

Tem havido algunhas outras tentativas de delimitaçom do território, mas sempre baseando-se de maneira praticamente exclusiva no critério lingüístico, fazendo coincidir as isoglossas actuais com os limites da Naçom. O Foro Carvalho Calero desenhou um mapa, editado há uns anos pola Associaçom Cultural Alto Minho, de Lugo), onde se recolhia umha proposta nesse sentido. Mais recentemente, seguindo nessa linha de atender unica e exclusivamente aos critérios lingüísticos para delimitar o território da Galiza, Ramom Pais Paços dava a conhecer em Cacabelos, no Berzo, umha nova proposta cartográfica³, realizada em colaboraçom com lingüistas ligados à RAG, apresentada como “o primeiro mapa de toda a Galiza”⁴, recolhendo todos aqueles territórios de língua galega (Návia-Eu, Berzo, Entre as Portelas e Calabor) e também o Val de Elhas, na província de Cáceres, que nom foram reivindicados como “território galego” por nengumha organizaçom ou colectivo até este momento.

E para além desta falta de concordância sobre os critérios a empregar, e portanto sobre os limites da naçom, devemos ter em conta as próprias diferenças entre estas comarcas orientais. Assim, por exemplo, o Berzo é umha extensa comarca com um grande centro urbano, mas o Návia-Eu é um espaço eminentemente rural, que nom conta com umha vila ou cidade dessas características, com umha zona interior muito desarticulada a respeito da zona costeira e que sofre com maior intensidade o envelhecimentos da sua populaçom e o despovoamento do rural. Algo semelhante pode ser dito a respeito da Seabra. É evidente que a pertença destes territórios a duas comunidades autónomas distintas (Castela e Leom e as Astúrias) e a três províncias distintas (Ovieu, Leom e Samora), provoca também diferentes situaçoms entre elas e diferentes ritmos e tempos na reivindicaçom lingüístico-cultural e/ou política da galegidade dessas terras.

No Návia-Eu e no Vale do Í bias

No território sob administraçom asturiana é onde actualmente torna mais complicado e difícil o trabalho de reivindicaçom galeguista, mesmo aquele que incide só nos aspectos lingüístico-culturais. A intransigência, e mesmo a irracionalidade, de certos sectores furibundamente anti-galegos do nacionalismo asturiano, habilmente potenciados polo espanholismo daquelas terras, tenhem criado umha situaçom de tensom e mesmo conatos de violência com que pretendem silenciar e conduzir ao desánimo e à inaniçom os sectores e pessoas galeguistas.

Foi precisamente nestas terras que nasceu primeiro agrupamento cultural em defesa da língua galega além dos limites autonómicos: em Outono de 1986 nascia o Grupo Eilao Pro-Defensa da Nosa Lingua, com a intençom de se opor à transculturizaçom do Návia-Eu. Este grupo dissolverá-se posteriormente dentro da MDGA (Mesa prá Defensa del Galego de Asturias e da Cultura da Comarca), criada em Outubro de 1988 em Grandas de Salime, que em 1990 publicou umhas “Normas ortográficas e morfolóxias del galego de Asturias”. A MDGA definia a sua área de actuaçom tanto nos concelhos da zona asturiana de fala galega como nos mais orientais da parte da província de Lugo.

Nos últimos anos, fõrom decaindo as actividades da MDGA, recolhendo a sua herdança a Asociación Abertal, presidida por Carlos Xesús Varela Aenlle⁵, e que fai frente às agressivas e virulentas posturas irracionais do asturianismo mais sectariamente antigalego, que mesmo tem chegado a impedir a apresentaçom de livros em galego por autores eu-naviegos, como aconteceu a Xavier Frias Conde⁶, sob a palavra de orde “galleguización non”, ou a declarar o Presidente de Abertal “pessoa nom grata”, publicar os seus dados pessoais (endereço, telefone,...) na rede, ou proferir ameaças e insultos contra ele.



**No território sob
administraçom asturiana é
onde actualmente torna
mais complicado e difícil o
trabalho de reivindicaçom
galeguista, mesmo aquele
que incide só nos aspectos
lingüístico-culturais.**



O Estatuto de Autonomia das Astúrias entrou em vigor em 1982, e nom prestou especial atençom ao problema lingüístico, já nom ao asturiano, mas nem ao galego, que aparece como dentro da denominaçom “bable”. Foi nesta época, prévia à aprovaçom do Estatuto, que Esquerda Galega (fundada um ano antes) requereu que o Estatuto reconhecesse, para além do asturiano, a co-oficialidade da língua galega, pedido que nom será atendido nem polo presidente do Consejo Regional de Astúrias nem polos partidos políticos asturianos. Já no ano 2000, o Governo asturiano manifestou que “o Principado potenciará a língua galego-asturiana na zona do Návía-Eu em comum acordo com a Academia da Llingua Asturiana (ALGA)”. Precisamente esta Academia (nascida em Maio de 1981), nega a identidade lingüístico-cultural do Návía-Eu e a sua unidade com o resto da Galiza, e promove umhas normas próprias para umha língua denominada “gallego-asturiano”, que di defender, mas que na práctica emprega como escusa para impor o asturiano nas zonas galegófonas.

Entretanto, os partidos políticos asturianos, ou as secçons asturianas dos partidos espanhóis, mantem umha postura maioritariamente contrária à defesa e promoçom da língua e cultura galega, ou de nom pronunciamento ante o tema no melhor dos casos. Contodo, os sectores asturianistas som quem mais destacam neste aspecto. Da postura da URAS (Unión Renovadora Asturiana, cisom do PP de 1988), que nega mesmo a existênciã do asturiano, até AA (Andecha Astur, nascida em 1990 da uniom de outras forças nacionalistas), que negam a existênciã do galego no Návía-Eu, defendendo abertamente que lá o que se fala é asturiano ou umha variante do mesmo, e criticam as “contínuas agresssons sociolingüísticas que padecem da Galiza”, passando polo PAS (Partiu Asturianista, de 1985), que se opom ao reconhecimento legal do galego e que qualificou como “delirante” e “vexatória” a proposta de que nas escolas do Návía-Eu se aprendesse galego. O acompanhamento dos pronunciamentos, no que a este tema di respeito, por parte destas organizaçons (que se pode fazer perfeitamente através da rede visitando as suas páginas), mostram-nos umhas organizaçons que dedicam os seus esforços a atacar a galeguidade daquelas terras enquanto o espanholismo nom acha resistênciã no seu processo de desculturizaçom das Astúrias. Além disto, a sua acientífica e antifilológica postura provoca a perda de apoios para o asturiano e a sua defesa no conjunto da Románia (entendida esta como o conjunto dos povos e naçons de língua románica).

Algumhas outras organizaçons asturianistas mantem posturas mais moderadas e dialogantes, e mesmo a já desaparecida XNA (Xunta Nacionalista Astur) apresentara um anteprojecto de Lei de Normalizaçom do Asturiano onde reconhecia que o falado no ocidente nom era asturiano. Nessa mesma linha também tem estado, em alguns momentos, a Xunta pola Defensa de la Llingua Asturiana, que em 1996, num manifesto sobre a oficialidade da língua asturiana, falam do “galego de Asturias”.

Por seu turno, os partidos espanhóis, ou se mantem na indefiniçom (caso de IU), ou na negativa a reconhecer a existênciã do galego (caso do PSOE7). O PP, que nega a própria existênciã do asturiano, tem empregado a existênciã do galego como defesa das suas posiçons e para atacar os sectores asturianistas.

E se a situaçom é a aqui reflectida no terreno estritamente lingüístico-cultural, no terreno político é bem pior. Como assinala Alvaro X. López Miras, a situaçom pode ser também em parte atribuível “aos mesmos defensores da galeguidade por intentar reivindicá-la tam só culturalmente, ainda que isto poderia ser um estádio transitório para a futura plena galeguidade, incluída a territorial: o certo é que os avanços naquele sentido som tam escassos que poderiam levar a umha mais acendrada politizaçom (...) no vieiro da íntegra galeguizaçom”. Dito isto em 1988, a dia de hoje nom se temem cumprido as suas prediçons, e só conhecemos a existênciã dumha pequena organizaçom política, Alternativa Popular Eu-Naviega, que procura caminhar nesse sentido. Enquanto isso, as organizaçons políticas galegas da CAG nom temem realizado nengumha iniciativa por estender a sua presença aos territórios sob administraçom asturiana.

“**O Estatuto de Autonomia das Astúrias entrou em vigor em 1982, e nom prestou especial atençom ao problema lingüístico, já nom ao asturiano, mas nem ao galego, que aparece como dentro da denominaçom “bable”.**”



No Berzo e na Cabreira

E no território galego localizado administrativamente na província de Leom, dentro da Comunidade Autónoma de Castela e Leom (CACeL), onde mais viva e mais activa se mostra a reivindicação galeguista, tanto do ponto de vista lingüístico-cultural como mesmo do ponto de vista político.

Som vários os motivos que explicam essa situação. Primeiro, que a comarca do Berzo (território sob o que se costuma incluir também a Cabreira), forma umha entidade realmente viva, com umha população que tem umha clara consciência da existência dessa comarca e da sua própria identidade como berzianos e berzianas, o que se demonstra na existência dumha instituição como o Conselho Comarcal do Berzo (que funciona a modo de pequena deputação), criado em 1991⁹ ante a falta de credibilidade e legitimidade dumha estrutura tam artificial como a CACeL. Este é outro dos motivos que explicam a especial situação do Berzo: a CACeL é umha entidade completamente artificial, sob a que se encontram territórios tam díspares como o Berzo, Burgos, Segóvia ou Salamanca, e com escassa implantação a nível afectivo-identitário entre os seus e as suas habitantes¹⁰. Também há que somar a perfeita consciência de identidade berziana d@s habitantes da comarca frente à sua pertença administrativa a Leom. Todo isto, junto com a vitalidade que ainda mantém em boa parte do território berziano a língua e a cultura autóctones da comarca, a língua e a cultura galega, fai com que o ritmo da reivindicação galeguista conheça, sobretudo nos últimos anos, umha clara acentuação, chegando mesmo às petições, ou propostas de petição, por parte de vários concelhos de incorporação à CAG: em 1991 Enzinedo, Truchas, a Ponte e Benuça pretendiam pedir ajudas à Junta da Galiza ante o silêncio e a ignorância das suas reivindicações por parte da CACeL. Em 1992, o concelho de Oência iça a bandeira galega no seu edificio, e o presidente da Câmara, José Estanga Rebollal (PP)¹¹ manifesta a sua intenção de convocar um referendo para a integração na CAG; ele próprio tem feito propaganda em prol desta causa dentro do seu partido político¹². Em 1994 era novamente Enzinedo quem declarava a sua intenção de solicitar a integração na CAG pola falta de atendimento médico, e neste mesmo ano umha aldeia da Veiga de Valcarce pretendia anexar-se ao concelho de Pedra Fita do Zebreiro. Em 2001, seria a presidenta da Câmara da Veiga de Valcarce, M^a Luisa González, quem declarasse a sua intenção de promover a anexação à CAG ante o abandono por parte das autoridades autonómicas¹³. Os exemplos ao longo dos anos, mesmo até datas muito recentes som abundantes, e é que nom devemos esquecer que ainda em 1821 (só doze anos antes de ser aprovada a actual divisão provincial), existiu umha proposta formal de incorporação definitiva do Berzo à Galiza. Findemos este percurso lembrando que o actual presidente da Câmara de Val Boa, José Manuel Gutiérrez Monteserín, tomou posse do seu cargo num acto desenvolvido integramente em galego.

Lamentavelmente o actual Estatuto de Autonomia de Galiza nom inclui, em todo o seu articulado, nengum ponto referido à possível integração na CAG de territórios limítrofes. Questom que sim aparecia no Estatuto de Autonomia de 1936¹⁴. Muito possivelmente (e como também passou nas outra nações que aprovárom o seu estatuto antes do 36), o prestígio que outorgaria a consecução dum estatus autonómico, provocaria a pretensom de integração de territórios limítrofes, máxime ainda tendo em conta as afinidades e comuns identidades existentes.

Isto mesmo foi o que deveu pensar a Tese da Comissom Constitucional do Congresso dos Deputados espanhol, que aprovou o Projecto de Estatuto de Autonomia plebiscitado em 1981, e que suprimiu a menção que neste sentido se fazia no Projecto elaborado em Abril de 1978 e conhecido como Estatuto dos 16, e no Projecto aprovado pola Assembleia de Parlamentares Galegos enviada às Cortes espanholas¹⁵. Preceitos relativos a este tema sim aparecem noutros Estatutos de autonomia, como o da Comunidade Autónoma do Pais Basco, a Rioja, Castela e Leom ou Aragom.

“
Lamentavelmente o actual Estatuto de Autonomia de Galiza nom inclui, em todo o seu articulado, nengum ponto referido à possível integração na CAG de territórios limítrofes.



Porém, junto com esta maior vitalidade no terreno político, temos que assinalar como os estudos apontam para um importante recuo lingüístico no Berzo, mais acentuado do que no Návía-Eu e o Vale do Íbias, especialmente a partir da segunda metade do século passado. E assim, junto a estudos que indicavam a presença da nossa língua mesmo em lugares como Busnadiesgo (nas abas do Teleno contra Astorga), ou que as falas galegas ocupavam no mínimo metade da comarca¹⁶, hoje a presença da nossa língua com força e vitalidade reduz-se aos concelhos do Berzo ocidental, recuperando tam só a cidade de Ponferrada nos últimos anos polo carácter de cidade aluviom, que recolhe a população do rural galegofalante que se desloca para morar no centro urbano. Ainda assim, podem-se encontrar elementos da cultura galega, no seu mais amplo sentido no conjunto da comarca, e a língua está cheia de idiomatismos, expressões, palavras e construções galegas.

A partir de finais de 80, e sobretudo de começos de 90, do passado século, o Berzo conheceu umha forte reactivação no terreno da reivindicação lingüístico-cultural, mercê da actividade de organizações como Fala Ceive¹⁷, a Escola de Gaitas de Vila Franca¹⁸, ou a agora praticamente desaparecida Mesa para a Defesa do Galego do Berzo e mesmo o Instituto de Estudios Bercianos. Activismo que nom poucas vezes exerceu pressão no terreno político-institucional, possibilitando que se conseguissem importantes contributos como a presença da nossa língua nos centros escolares da comarca¹⁹, já presente nalgum centro em 1984²⁰, as declarações institucionais do Conselho Comarcal em prol da língua e a cultura galegas e em defesa da toponímia tradicional, a introdução da defesa e promoção da língua nos textos e na actividade de algumas organizações políticas²¹ ou de sectores das mesmas, etc... Para qualquer observador atento à realidade berziana, resulta evidente que o centralismo administrativo e as políticas desgaleguizadores nom conseguírom apagar o carácter galego destas terras.

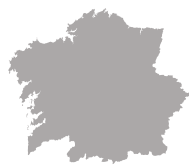
Quanto às organizações políticas activas no Berzo, para além da presença já comentada de NÓS-UP (que constitui, pela informação de que dispomos, a primeira vez que umha força política galega tem presença activa e pública numha comarca arraiana), as outras forças políticas abalam entre posturas que vam do apoio às reivindicações galeguistas até a negação do carácter galego da comarca, passando pela maioritária indiferença oficial.

Tanto no PP, como no PSOE, e mesmo em menor medida em IU, coexistem sectores que se mostram partidários da defesa e promoção da língua e cultura galegas como autóctones do Berzo (e, menos marcadamente, doutras reivindicações galeguistas mais políticas e/ou territoriais), junto de sectores que negam a realidade sócio-cultural da comarca, ainda que a postura mais estendida seja a indiferença ante o tema, nom o tratando formal nem informalmente dentro das organizações nem nas instituições e organismos em que estão presentes. Tal tendência conhece um retrocesso na actualidade, com posturas tam importantes como a do actual presidente do Conselho Comarcal do Berzo, partidário decidido da nossa língua e cultura, e nom por acaso natural dumha zona galegófona.

O PB (Partido do Berzo) tem-se mostrado sempre mais favorável às teses galeguistas, e nos últimos anos tem avançado posições no seu compromisso com a língua e a cultura.

Por sua parte, a UPL (Unión del Pueblo Leonés), com escassa implantação social, mas com presença em vários concelhos e mesmo com um alcaide na comarca²², no último ano parece apostar na “asturianização” da comarca, apontando-se às teses mais irracionais e acientíficas, que negam nom só a identidade galega da comarca, mas a própria presença da língua, ao passo que pretendem impulsionar umha campanha contra umha suposta “colonização” e “invasão” galega, que se evidenciaria, segundo eles, na imposição do “galego de Santiago de Compostela”, ou “galego oficial” nas escolas do Berzo, que poriam em perigo a sobrevivência das variantes lingüísticas próprias da comarca, que para eles som, é claro, modalidades de leonês ou astur-leonês. As suas posturas achárom pouco eco na comarca, e provocárom um generalizado sentimento de indignação²³.

“**Quanto às organizações políticas activas no Berzo, para além da presença já comentada de NÓS-UP (que constitui, pela informação de que dispomos, a primeira vez que umha força política galega tem presença activa e pública numha comarca arraiana), as outras forças políticas abalam entre posturas que vam do apoio às reivindicações galeguistas até a negação do carácter galego da comarca, passando pela maioritária indiferença oficial.**”



Nas Portelas e a Seabra

O tamanho reduzido desta comarca e a sua estrutura social impede umha normal e constante actuação galeguista. As principais acções reivindicativas vinherom da maõ da Associação Cultural "Xente Nova", em Lubiám, da qual o seu principal dinamizador foi o entom presidente da Cámara e actualmente Procurador (deputado) do Parlamento da CACeL, Felipe Lubiám²⁴ (PSOE). Alguns mestres empregam habitualmente a nossa língua no ensino, e na administração deparamos com uns plenos que se desenvolvem em galego, enquanto as actas e outra documentação se redige em espanhol. O conjunto das câmaras municipais tenhem aprovado desde há anos acordos para "dinamizar o galego", com excepção de Hermisende²⁵. Mas as declarações de apoio ou oficialidade do galego nos concelhos, tanto no Berzo como cá, batem com a postura contrária da Junta de Castela e Leom, que teme que a aceitação da oficialidade do galego provoque automaticamente ter que aceitar a oficialidade do euskara no Condado de Trebinho, enclave basco sob administração da CACeL em território da Comunidade Autónoma Basca²⁶. As Portelas e a Seabra, afastados administrativamente da Galiza desde 1789, continuam a conservar umha marcada identidade galega. O próprio Felipe Lubiám lembra como, ainda em 1979, estava presente nas reuniões dos concelheiros da comarca, o tema da pertença daquelas terras à Galiza ou a Samora.

Notas

1 Álvaro Xosé López Mira, A Galicia irredenta. Xerais, 1998. Página 87.

2 Op. cit.

3 Pode-se olhar o mapa em

http://mediateca.vieiros.com/vieiros/Locais/Mapa_Galicia_Hoxe_Vieiros_.jpg

4 Vid. <http://www.vieiros.com/gterra/nova.php?Ed=16&id=43001>

5 Foi nomeado académico correspondente pola RAG a finais de 2004 polo seu labor em prol do Návia-Eu e a defesa da sua realidade lingüística e cultural.

6 Professor na Universidade Complutense de Madrid, é um dos mais antigos defensores do galego no Návia-Eu. Membro do Colectivo de escritores Cotarelo Valledor, tem umha extensa obra publicada, tanto de criação (poesia e narrativa) como de investigação lingüística e literária.

7 Três deputad@s galeg@s do PSOE (Natividade Gonçalves Laso, Laura Seara Sobrado e Manuel Luís Rodrigues Gonçalves) apresentavam, na anterior legislatura, umha moção nom de lei na cámara galega para que a Junta promovesse com diversas iniciativas (geminacões, intercâmbios escolares, visitas guiadas, excursões, etc...) a defesa do galego nos territórios que ficam fora da actual CAG. A reacção nas Astúrias por parte de AA e os alcaides do PSOE naqueles territórios, numha campanha impulsionada e publicitada especialmente polo periódico direitista "La Nueva España", foi de denunciar a iniciativa como "imperialista", "carente de sentido", "absurda", "umha ingerência",... e, dias depois, @s três deputad@s retiravam a sua proposta do Parlamento do Hórreo. Manuel Fraga, na altura ainda Presidente da Junta, pretendeu resolver a polémica declarando a esse mesmo jornal e referindo-se à promoção do galego no Návia-Eu por parte do Governo galego (umha obrigação que consta no próprio Estatuto de Autonomia) que "hace tiempo que hay un acuerdo con Asturias de no trabajar en ese asunto, y se está cumpliendo".

8 Op. cit. Página 131.

As Portelas e a Seabra, afastados administrativamente da Galiza desde 1789, continuam a conservar umha marcada identidade galega. O próprio Felipe Lubiám lembra como, ainda em 1979, estava presente nas reuniões dos concelheiros da comarca, o tema da pertença daquelas terras à Galiza ou a Samora.



9 Lei 1/1991 de 14 de Março, pola que se cria e regula a Comarca do Berzo.

10 Tanto é assim, que a CACeL viu-se obrigada a criar umha fundaçom, a Fundaçom Villalar, para tentar difundir entre a populaçom dessa comunidade autónoma, e especialmente entre @s escolares e estudantes, umha suposta, e a dia de hoje inexistente, identidade castelhana-leonesa. Por este motivo, foi denunciada ante os tribunais por sectores leonesistas por "negar a existênciada identidade leonesa", umha das duas comunidades que formam a comunidade autónoma, que nom por acaso se chama Castela e Leom e nom, como erroneamente se costuma empregar, Castela-Leom.

11 É freqüente vê-lo em importantes actos públicos do PP na Galiza, e foi um habitual das celebraçoms das vitórias eleitorais de Manuel Fraga e das suas tomas de posse.

12 Álvaro X. López Mira, op. cit. Página 135.

13 Em 24 de Fevereiro de 2001, a Veiga de Valcarce aprova, a proposta do vereador do grupo Renovación, Gaspar Méndez, a oficialidade da língua galega, ainda que mais tarde tal decisom seria derogada. Na altura, a presidenta da Câmara, também responsável de Cultura do Conselho Comarcal do Berzo, declarou que estava disposta a pedir a anexaçom à CAG se a Junta da CACeL nom atendia as necessidades do concelho.

14 O Estatuto de 1936 recolhia que se poderiam "agregar a Galiza qualquer território limítrofe de características históricas, culturais, económicas e geográficas análogas, mediante os requisitos que as leis gerais estabelecerem", consonte o que os diversos grupos e organizaçoms galeguistas e nacionalistas defendiam nos seus postulados. Praticamente todos os projectos estatutários prévios à redaçom definitiva plebiscitada recolhiam umha alínea semelhante: desde o anteprojecto do Seminário de Estudos Galegos de 1931, até o Projecto de Estatuto que se aprova na Assembleia de Concelhos celebrada em Compostela em 1932.

15 "Nos fiadeiros jornalísticos estimava-se que no ignoto eclipsamento do preceito foi determinante a condiçom de leonês (e supom-se, por conseguinte, que homem sabedor da galeguidade do Berzo) do ministro do Interior e personagem chave nos triunfos eleitorais da UCD, Rodolfo Martim Villa". Alvaro X. López Mira, op. cit. Página 120.

16 Vid. diversas citas em Alvaro X. López Mira, op.cit. Página 139.

17 A Associaçom Cultura Fala Ceive do Berzo, a mais activa actualmente de todas quantas existem e com maior presença social, foi criada em Ponferrada em 1998, fruto da procura voluntária de galego entre o alunado do liceu "Alvaro de Mendanha" no curso 1997-1998. No seu web pode-se consultar umha "Ediçom Zero" da toponímia tradicional berziana, e entre os logros que ajudárom a conseguir salienta a modificaçom do Estatuto de Autonomia de Castela e Leom para fazer constar expressamente a protecçom da língua galega nesta comunidade autónoma.

18 Esta associaçom cultural nascia no Inverno de 1981, como Aula de Música do Instituto de Cultura Popular "Gilberto Nuñez Ursinos", e no ano 1989 constituiu-se como a actual associaçom. Destaca o seu importante labor na recuperaçom dos Maios. O seu Presidente, Hector Silveiro, foi nomeado Académico Correspondente da RAG a finais do ano 2004.

19 Actualmente, e resultado dum convénio de colaboraçom entre a Junta da CAG e a Junta da CACeL, posto em andamento a partir do ano lectivo 2001-2002, som quase 600 alunos e alunas berzianas que recebem aulas de língua galega, repartidos em 15 centros de ensino primário e secundário, assim como na Escola Oficial de Idiomas de Ponferrada, e o número de centros a solicitar aulas de galego continua a aumentar de ano para ano.

20 O Colégio Público Rural Agrupado "Jimena Muñiz", do concelho de Corulhom, introduziu nos anos oitenta a língua galega como língua habitu



A bisbarra do Návía-Eu

Antonio Caraduxe

A bisbarra do Návía-Eu comprende um território extenso de língua galego-portuguesa situado na parte mais ocidental das Astúrias e com fortes traços com a Galiza desde velhas épocas históricas. Podemos calcular que hoje em dia existen uns 40.000 galego-falantes desde a rasa costeira até o interior que linda com o Berzo. A fronteira lingüística delimita-se pola Serra do Ranhadoiro, acompañada doutras pequenas serras até o rio Frexulfe no concelho costeiro de Návía. Som dezoito os concelhos de fala galego-portuguesa: Castropol, Tápia de Casarego, A Veiga, El Franco, Coanha, Návía, Villalom, Boal, Eilao, Peçós, Sam Tiso de Abres, Taramúndi, Santalha de Oscos, Vila Nova de Oscos, Samartim de Oscos, Grandas de Salime, Alhande e Íbias. Também o concelho de Negueira de Munhiz possui os mesmos traços lingüísticos. Quatro concelhos possuem ainda zonas asturófonas.

A língua nesta comarca mantém ainda fortes arcaísmos já desaparecidos noutras áreas galegófonas, diferenciando-se claramente do asturiano no sistema vocálico de sete fonemas, a apariçom do infinitivo conjugado, a forte presença dos ditongos ei, e ou, um léxico muito rico que às vezes se mistura com traços astur-leoneses, etc.

A sua situaçom actual é crítica. Dumha parte, o despovoamento e envelhecimento humano produz umha forte perda de falantes; Doutra, a escolarizaçom dos mais novos na língua espanhola afastou-nos da sua própria cultura, e, por último, a desprotecçom legal e institucional.

Neste último ponto, haveria que incidir muito mais: a indiferença da clase política asturiana ante este património cultural enriquecedor, o auto-ódio na populaçom sobre a própria língua e a tentativa de normalizaçom sob os parámetros da língua asturiana, a forte incompreensom de muitos sectores asturianistas que se tinham que mostrar com umha maior sensibilidade, às vezes mesmo com aspectos que se podem considerar como um verdadeiro expansionismo lingüístico, fam com que boa parte da populaçom confunda identidade e língua e finalmente opte pola implantaçom do espanhol. Outra das fortes contradicçoms manifesta-se na tutela lingüística que leva a Academia de la Llingua Asturiana, com um forte intrusismo, que até se poderia considerar como alega e colonialista, sendo um caso único na Europa que umha academia doutra língua tutele outra alheia.

As soluçoms viriam dadas pola afirmaçom da existéncia da língua galega como língua autóctone na comarca do Návía-Eu, a sua protecçom legal mediante a oficialidade, a desapareçom de boa parte do asturianismo e a sua decidida vinculaçom cultural ao mundo galego-português a que pertence.

Antonio Caraduxe, é pseudónimo dum eu-naviego, activista cultural em defesa da língua e cultura na sua comarca, que oculta a sua verdadeira identidade por temor às presons e ameaças de certos sectores do asturianismo político e cultural.



O Berzo para Galiza

Xabier Lago Mestre

Após os resultados das eleccións de 19 de Junho último, os galegofalantes dos quatro territorios estremeiros, a saber, Navía-Eu, o Berzo, as Portelas da Alta Seabra e o Val do Ellhas cacereño, queremos chamar a atención da nova coligación gobernante na Galiza sobre a nosa problemática etnocultural. Há que aguardar umha importante mudançã no compromiso político galego por compartir destino com os que ficamos afastados por mor dos actuais lindeiros administrativos da Comunidade Autónoma. Chegou a hora de perder o medo institucional secular a implicar-se mais na procura de medidas pragmáticas que ajudem à resolución deste conflito histórico que sofremos os herdeiros da cultura galega nestas terras estremeiras.

No Berzo, partimos da fundada ideia de que as institucións castelhanas e leonesas nom vam fazer quase que nada pola minoria lingüística galega, considerada alheia e potencialmente conflituosa, pois a nosa existência etnocultural questiona a própria identidade territorial que se trata de consolidar nesta Comunidade Autónoma. Logo deverá ser o Governo da Galiza que tome a iniciativa na futura negociación com a Junta de Castela e Leom se de verdade há vontade política por ajudar a minoria galega do Berzo e das Portelas seabresas. E quando dizemos ajudar significa que a Junta de Galiza terá que fornecer importantes meios humanos, materiais e financeiros para a normalización lingüística nestes territorios estremeiros, pois a Junta de Castela e Leom de novo aproveitará a negociación para fazer o minimo esforço; tal como está a fazer com o ensino regrado do galego nos centros escolares.

Do Berzo bem sabemos dos entraves legais que tenhem as institucións da Galiza para actuar na defesa e fomentos da nosa cultura territorial. Assim, por exemplo, a sentença do Tribunal Superior de Justiça de Castela e Leom (de Abril de 2005) que anula os convénios assinados entre os dous concellos de Trebinho com o Governo basco. O alto Tribunal regional alegou a intromissom do Governo Basco na Comunidade Autónoma de Castela e Leom. Logo a Junta de Galiza deve aprender desta experiência e seguir na sua negociación com a Junta de Castela e Leom a via da assinatura de convénios de colaboraçom, para depois seguir com o resto de institucións (Conselho Comarcal do Berzo, Universidade de Leom e demais), e assim evitar conflitos políticos e judiciais.

Xabier Lago Mestre, é Secretário de Organizaçom da Associação Cultural Fala Ceive do Berzo.



Representantes de Fala Ceive recebem exemplares da Enciclopedia Galega de La Voz de Galicia para promover o uso do galego na zona



A necessidade de umha nova organização territorial: umha proposta para a esquerda independentista

A dous anos da edição por parte de NÓS-Unidade Popular do Mapa comarcal da Galiza em que por vez primeira som incluídas as comarcas do leste, da chamada Galiza Irredenta, após termos definido nas nossas Teses o território nacional atendendo à divisom tradicional em comarcas, é necessário fazer vários reajustamentos sobre essa proposta inicial, sobre esse primeiro passo na reivindicação activa da nossa realidade territorial.

Na altura em que se editou o mapa, as pessoas que participárom na sua elaboração propunham critérios muito diversos à hora de delimitar comarcas; todos estes critérios fôrom combinados acertadamente nalguns casos e nom tanto em outros. Estas incorrecçons partem sobretudo de que ao mapa faltou a companhia de umha proposta elaborada de ordenaçom do território que a meu entender devemos começar a desenvolver.

Na Galiza temos um problema principal à hora de ordenar o nosso território e é a existência de entidades administrativas que nom respondem à realidade do País: Nem ao tipo de assentamentos, nem à geografia, nem a factores de tipo sócio-económico.

Em primeiro lugar, estão as províncias, divisons completamente arbitrarias que utilizam elementos divisórios (os vales dos rios, algumas serras) que muitas vezes som elementos centralizadoras da vida económica de umha área; exemplos disto é a divisom das províncias da Corunha e Ponte Vedra no rio Ulha, partindo pola metade comarcas como Arouça ou a própria Foz do Ulha, ou o facto de ficarem na província de Ourense freguesias pertencentes à Terra de Montes (na província de Ponte Vedra). Amostras muito ilustrativas estão ainda na própria fronteira autonómica. Além disto, é difícil compreender como umha cidade como Vigo pode pertencer à província de Ponte Vedra ou que a própria capital do país pertença à província da Corunha.

Mas nom som só os limites provinciais, as delimitaçons municipais também som em muitos casos arbitrarias e imcompreensíveis. Seguindo o modelo das províncias, atendem a factores que nom temem a ver com o organização histórica e natural do nosso território, quer dizer, burlam os limites paroquiais ou atendem a demandas caciquistas. Os municípios "à espanhola" criam aliás, nomeadamente no rural, um importante défice de democracia num país com tantos núcleos de populaçom. Simpático resulta por último a existência de concelhos como Mondariz-Balneário de apenas 2,3 Km² frente aos 379 de Vilalva.

Assim, a proposta de organização territorial que, do meu ponto de vista, devemos impulsionar deve atender às seguintes necessidades:

- O reconhecimento da realidade multinuclear da Galiza e das suas divisons tradicionais e a sua plasmaçom na administração.
- A reformulação da divisom municipal e supressom das províncias.

- O reconhecimento das diferentes áreas económicas em torno das principais cidades e potencializaçom das zonas deprimidas.

Para a primeira necessidade é imprescindível partir, para a elaboração de qualquer ordenaçom do território, da divisom tradicional básica da Galiza, as paróquias ou freguesias, precisam de ter o seu peso básico na administração do nosso território. Neste aspecto, resulta interessante o status das paróquias em Portugal com as suas próprias Juntas de Freguesia como instituiçom anterior à municipal.

Na Galiza temos um problema principal à hora de ordenar o nosso território e é a existência de entidades administrativas que nom respondem à realidade do País: Nem ao tipo de assentamentos, nem à geografia, nem a factores de tipo sócio-económico.

Isto liga com o segundo ponto que passa pola eliminaçom das províncias, reformulaçom dos municípios e institucionalizaçom das comarcas, divisom territorial natural do País, entidades administrativas com umha vila ou cidade como capital. O papel dos municípios como os conhecemos deve ficar praticamente relegado à administração urbana, cobrindo o papel anterior dos concelhos rurais essa necessária administração comarcal.

Contodo, ainda fica umha realidade por plasmar, e é o papel das nossas cidades como centros económicos de primeira ordem, existindo hoje na Galiza autênticas regions sócio-económicas como a de Vigo, que compreende as comarcas do Sudeste do país, ou na Galiza nom autonómica o próprio Berzo, que mais do que umha comarca é umha region que agrupa a actividade de várias comarcas em torno da cidade de Ponferrada.

Portanto, a elaboração da proposta de ordenaçom territorial que ofereça a esquerda independentista deve resumir-se no reconhecimento de três realidades básicas: as paróquias, as comarcas e as regions económicas.

Ángelo Meraio. Berziano, militante de NÓS-UP, foi co-autor do primeiro Mapa comarcal da Galiza com o território íntegro, e é activista de várias organizaçons culturais e sociais.

